

**ATA Nº 136/2018 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sala Accacio Ferreira dos Santos Junior, do terceiro andar do Edifício Minas, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica do conflito na Fazenda Cantagalo, Nova Serrana-MG.

O Coordenador da Mesa de Diálogo, Fernando Tadeu Davidp iniciou a reunião, explicando sobre o funcionamento da Mesa e fez uma rodada de apresentações.

Tadeu destacou que foi feito o levantamento dos processos para a instalação do aterro sanitário e que não existe a possibilidade de acordo na fazenda Cantagalo, mas em um terreno, de aproximadamente 50 hectares de terra, ao lado, existe a possibilidade de levar as famílias. O governo assumiria a responsabilidade de fazer o levantamento da terceira matrícula para fazer o acordo com as famílias.

Marcilio Valadares, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Aterro Sanitário (CIAS) e Prefeito de Pitangui, explicou que o Estado de Minas estava formando um consorcio para a criação de um aterro sanitário na região. Foi definido, de acordo com um estudo do Estado, que o terreno, no Centro Oeste de Minas foi escolhido para o aterro. Disse que 35 municípios seriam atendidos com os dois aterros. Explicou que foram doados, pelo Estado, 175 hectares da Fazenda Cantagalo para o consorcio. Ressaltou que é preciso fazer o levantamento da área ao lado, também de propriedade do Estado, para ser destinado às famílias. Explicou que já existem todos os estudos realizados pelo Estado, constatando a viabilidade de reassentamento no novo terreno. Saliou que o aterro será criado dentro das normas ambientais que tudo será legalizado. Disse que foi proposta uma ação civil pública para tirar as famílias de lá e levá-los para outro local e que a proposta do Estado atende aos propósitos para reassentar os ocupantes. Acredita que tudo pode ser resolvido, para o bem de todos da região.

Maria Vilma da Costa Nogueira, moradora da ocupação disse que ocupam o local desde 2012, e que já enfrentaram várias ações de reintegração de posse e receberam várias promessas. Disse que foram roubados os postes das famílias, dentre outros pertences. Denunciou que o ônibus está proibido de buscar as 100 famílias de lá e que as crianças sofrem discriminação na região e que as famílias já tem história na Fazenda Cantagalo e considerou um desrespeito levar o aterro para o local. Disse que existem 17 locais para se instalar o aterro e que os moradores não permitirão que o lixo seja colocado na

Fazenda Cantagalo. Reclamou que as famílias não foram chamadas para o acordo antes.

Clélia Marioto, da Frente Nacional de Luta (FNL), explicou que o movimento acompanha sempre as áreas ocupadas e que as famílias produzem agricultura familiar e já construíram 87 casas de alvenaria e reivindicam a terra para trabalhar e viver, não apenas para morar. Ressaltou que existem áreas na região impróprias para a agricultura, e que poderiam ser usadas para o aterro sanitário. Sugeriu que seja feito um acordo para que as famílias possam contribuir com agricultura familiar.

Frei Gilvander, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) explicou que o conflito socioambiental e agrário é muito grave. Disse que não aconteceram mortes, devido a um milagre e sugeriu que o acordo seja ético e justo. Disse que a CPT procura fazer um estudo de cada reivindicação, antes de apoiar, e que a luta das famílias da Fazenda Cantagalo é legítima. Explicou que a terra estava abandonada e que se o Estado estivesse cuidando da área, não aconteceria a ocupação. Disse que as 100 famílias que ocupam o local estão produzindo e preservando também. Considerou que colocar aterro sanitário em região perto do rio não será positivo para o meio ambiente. Concluiu dizendo que o aterro deve ser feito na área que seria destinado às famílias e não onde elas atualmente ocupam.

Aylton Magalhães, da DPE explicou que além dos estudos já mencionados, deveria ser feito um estudo do impacto socioeconômico, para saber como as famílias seriam atingidas. Disse que deve se voltar no início do processo e fazer esse estudo.

Marcílio Valadares explicou que já existe esse estudo socioeconômico e que a ocupação iniciou a partir de 2017, com a comercialização de terrenos. Disse que foi a empresa Zelo Ambiental que realizou os estudos:

Frei Gilvander disse que pessoas do Brasil todo enviam mensagens a ele questionando os motivos de fazendas do Estado estar, ocupadas por gado.

Osmar Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Serrana disse que as pessoas foram tiradas de maneira desumanas e que ficaram jogadas na beira do rio. Ressaltou que deve ser feito um estudo da área, para verificar a viabilidade de reassentar todas as famílias. Disse que o conhecimento que ele tem é de que o aterro seria para atender somente sete municípios e que se ele for atender mais cidades, a população de Nova Serrana não acha interessante.

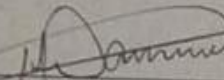
Paulo Cesar da Costa, advogado disse que para sete municípios o aterro seria de pequeno porte e que para construir um com a capacidade de atender 35 municípios, deve ser um aterro de grande porte. Disse que a população de Nova Serrana, juntamente com a Câmara de Vereadores, se mobilizou para impedir a criação do aterro.




Frei Gilvander disse que a ocupação já está consolidada. Sugeriu que a Mesa de Diálogo forneça toda a documentação citada na reunião e que sejam criados apenas três ou quatro aterros apenas e que a Prefeitura faça acordo com as famílias para elas produzirem para a cidade.

**Encaminhamentos:**

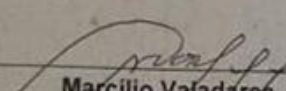
1. A Mesa de Diálogo irá providenciar uma reunião entre DPE, AGE e Procurador de Nova Serrana para acertarem acordo na ACP e na ação de reintegração de posse, proposta pela DPE, com vistas a prorrogar o prazo em até 90 dias do item "A" da decisão liminar da juíza.
2. A Mesa de Diálogo irá levantar dados mais precisos a cerca de toda a propriedade da Fazenda Cantagalo, que foi dada em dação de pagamento ao Estado, pela Siderúrgica Mat-Prima Ltda, com vistas a possibilidade de reassentamento das famílias da Cantagalo neste terreno.
3. A Mesa de Diálogo irá verificar a possibilidade de disponibilização do estudo de concepção e demais documentos em relação ao aterro sanitário.

  
\_\_\_\_\_  
**Fernando Tadeu David**

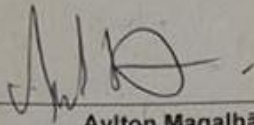
Coordenador da Mesa de Diálogo

  
\_\_\_\_\_  
**Osmar Santos**

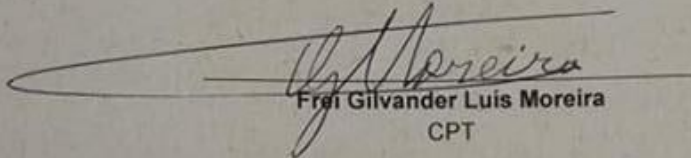
Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Serrana

  
\_\_\_\_\_  
**Marcilio Vafadares**

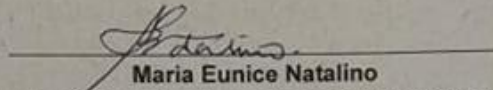
Presidente do Consórcio Intermunicipal de Aterro Sanitário (CIAS)  
e Prefeito de Pitangui



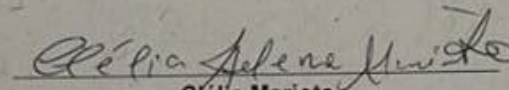
**Aylton Magalhães**  
DPE



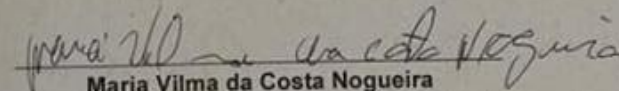
**Frei Gilvander Luis Moreira**  
CPT



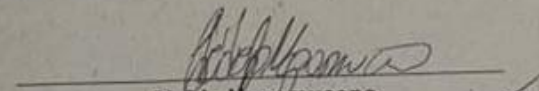
**Maria Eunice Natalino**  
Superintendência de Mediação de Conflitos da Sedpac



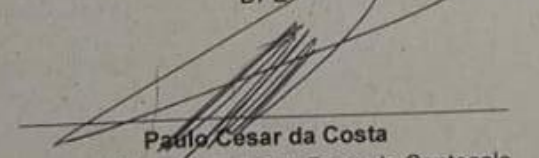
**Clélia Marioto**  
Frente Nacional de Luta (FNL)



**Maria Vilma da Costa Nogueira**  
moradora da ocupação na Fazenda Cantagalo



**Cleide Nepomuceno**  
DPE



**Paulo Cesar da Costa**  
advogado da ocupação na Fazenda Cantagalo

